



Evoltz Participações S.A.

**Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2023**

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanços Patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas Explicativas às demonstrações financeiras	
1. Contexto operacional.....	9
2. Base da preparação e consolidação.....	10
3. Estimativas e julgamentos contábeis relevantes.....	16
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	19
5. Contas a receber.....	19
6. Tributos a recuperar.....	20
7. Ativos de contrato de concessão.....	20
8. Outras contas a receber.....	22
9. Investimentos.....	22
10. Fornecedores.....	24
11. Debêntures.....	24
12. Provisões.....	26
13. Imposto de renda e contribuição social.....	30
14. PIS e COFINS diferidos.....	31
15. Parcela de ajuste.....	31
16. Patrimônio líquido.....	32
17. Receita líquida.....	33
18. Custos e despesas operacionais.....	34
19. Resultado financeiro.....	34
20. Operações com partes relacionadas.....	35
21. Instrumentos financeiros e gestão de risco.....	36
22. Aspectos ambientais.....	40
23. Cobertura do seguro.....	41
24. Eventos Subsequentes.....	41

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Evoltz Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Evoltz Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Evoltz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos de auditoria.

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos					
Caixa e equivalentes de Caixa	4	8.301	13.171	580.602	323.561
Depósitos vinculados	11.2	-	-	18.988	23.910
Contas a receber	5	-	-	83.987	73.185
Tributos a recuperar	6	986	1.493	4.013	6.431
Partes relacionadas	21	12.905	9.262	-	-
Ativos de contrato da concessão	7	-	-	575.941	512.848
Outras contas a receber	8	-	-	-	9.405
Dividendos a receber	20	37.561	98.598	-	-
Outros ativos		192	225	27.272	26.035
Total do ativo circulante		59.945	122.749	1.290.803	975.375
Contas a receber	5	-	-	726	463
Depósitos vinculados	11.2	-	-	47.084	37.990
Depósitos judiciais		-	-	1.530	18.977
Tributos a recuperar	6	-	-	23.896	22.061
Ativos de contrato da concessão	7	-	-	5.303.300	5.266.923
Investimentos	9	2.243.063	2.062.937	-	-
Imobilizado		5.221	4.412	6.470	5.762
Intangíveis		1.910	1.849	2.456	2.726
Total do ativo não circulante		2.250.194	2.069.198	5.385.462	5.354.902
Total do ativo		2.310.139	2.191.947	6.676.265	6.330.277
Passivos					
Fornecedores	10	693	846	27.840	13.950
Debêntures	11	-	-	198.440	203.947
Tributos a recolher		105	-	13.303	14.656
Provisões	12	-	-	6.411	10.736
PIS e COFINS diferidos	14	-	-	9.526	3.983
Encargos setoriais		-	-	11.477	8.264
Dividendos a pagar		69.067	92.906	88.039	102.642
Outros passivos		8.916	6.913	8.916	7.299
Total do passivo circulante		78.781	100.665	363.952	365.477
Fornecedores	10	-	-	39.849	50.446
Debêntures	11	-	-	1.886.573	2.031.458
Tributos a recolher		-	-	-	19
Provisões	12	-	-	69.707	57.409
Impostos diferidos	13.a	396.320	396.176	593.076	537.931
PIS e COFINS diferidos	14	-	-	557.108	562.313
Outros passivos		-	-	5.572	6.015
Parcela de ajuste	15	-	-	411.805	119.820
Total do passivo não circulante		396.320	396.176	3.563.690	3.365.411
Patrimônio Líquido					
Capital social	16.1	750.001	750.001	750.001	750.001
Reserva de incentivo fiscal		37.220	22.111	37.220	22.111
Reserva legal		79.245	68.397	79.245	68.397
Reserva de capital		10.971	10.971	10.971	10.971
Reserva de lucro		957.601	843.626	957.601	843.626
		1.835.038	1.695.106	1.835.038	1.695.106
Participações de não controladores		-	-	913.585	904.283
Patrimônio líquido		1.835.038	1.695.106	2.748.623	2.599.389
Total do passivo e patrimônio líquido		2.310.139	2.191.947	6.676.265	6.330.277

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais, exceto dados de rendimentos por ação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	17	-	-	707.531	617.625
Remuneração do ativo da concessão		-	-	587.465	582.860
Receita Operação e manutenção, deduções e outras, líquidas		-	-	120.066	34.765
Custo de serviços prestados	18	-	-	(64.751)	(74.529)
Lucro Bruto		-	-	642.780	543.096
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(4.250)	(3.896)	(80.349)	(55.214)
Outras receitas operacionais		-	89	17.457	17.779
Amortização de menos valia		43.779	70.710	43.779	70.710
Equivalência patrimonial		176.174	102.877	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		215.703	169.780	623.667	576.371
Resultado financeiro					
Receita financeira	19	1.518	1.950	69.316	38.080
Despesas financeiras	19	(119)	(188)	(271.695)	(294.733)
		1.399	1.762	(202.379)	(256.653)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		217.102	171.542	421.288	319.718
Imposto de renda e contribuição social	13.b				
Correntes		-	-	(62.047)	(13.225)
Diferidos		(145)	94	(43.172)	(82.819)
		(145)	94	(105.219)	(96.044)
Lucro líquido do exercício		216.957	171.636	316.069	223.674
Atribuível a:					
Acionistas da Evoltz		216.957	171.636	216.957	171.636
Resultado não controladores		-	-	99.112	52.038
Lucro básico e diluído por ação		0,29	0,23	0,42	0,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido exercício	216.957	171.636	316.069	223.674
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total outros resultados abrangentes	216.957	171.636	316.069	223.674
Atribuível a:				
Acionistas da Evoltz	216.957	171.636	216.957	171.636
Participações não controladores	-	-	99.112	52.038

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros					Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas	Participação não controladores	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros	Distribuições de dividendos adicionais	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de lucros a realizar				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	750.001	10.971	59.815	570.976	71.460	15.104	155.615	-	1.633.942	882.024	2.515.966
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(71.460)	-	-	-	(71.460)	(19.103)	(90.563)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	171.636	171.636	52.038	223.674
Destinação do lucro líquido	17.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucro	-	-	8.582	87.760	-	-	-	(96.342)	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	-	7.007	-	(7.007)	-	-	-
Dividendos mínimo obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(39.012)	(39.012)	(10.676)	(49.688)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	29.275	-	-	(29.275)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	750.001	10.971	68.397	658.736	29.275	22.111	155.615	-	1.695.106	904.283	2.599.389
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(29.275)	-	-	-	(29.275)	(32.028)	(61.303)
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.572)	(6.572)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	216.957	216.957	99.112	316.069
Dividendos intercalares pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.300)	(31.300)
Destinação do lucro líquido	17.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucro	-	-	10.848	12.020	-	-	-	(22.868)	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	-	15.109	-	(15.109)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(47.750)	(47.750)	(19.910)	(67.660)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	131.230	-	-	(131.230)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	750.001	10.971	79.245	670.756	131.230	37.220	155.615	-	1.835.038	913.585	2.748.623

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	217.102	171.542	421.288	319.718
Ajustes de:				
Equivalência patrimonial	9 (176.174)	(102.877)	-	-
Resultado de amortização menos valia	9 (43.779)	(70.710)	(43.779)	(70.710)
Remuneração de ativos de contrato de concessão	17 -	-	(587.465)	(582.860)
Juros sobre debêntures	19 -	-	258.789	283.517
Rendimentos dos depósitos vinculados	19 -	-	(7.506)	(5.771)
Amortização do custo de transação	11 -	-	5.322	5.327
Depreciação e amortização	543	413	999	848
Baixa de sobressalentes	-	-	(320)	5.941
Provisão de parcela variável por indisponibilidade	-	-	(19.635)	24.739
Provisão para devedores duvidosos	-	-	9.820	4.715
Provisões, reversão e atualização de contingências	-	-	21.917	3.339
Atualização de depósitos judiciais	-	-	(874)	-
PIS e COFINS diferidos	-	-	338	3.387
Obrigações especiais	-	-	(443)	(443)
Variação no capital circulante:				
Contas a receber	-	-	(1.250)	(41.565)
Outras contas a receber	-	-	9.405	(9.405)
Tributos a recuperar	507	(340)	583	18.335
Ativo de contrato de concessão	-	-	538.991	506.916
Partes relacionadas	(3.643)	(2.103)	-	-
Sobressalentes	-	-	(4.118)	(3.291)
Fornecedores	(153)	(445)	2.908	5.905
Tributos a recolher	105	(72)	(8.149)	(1.114)
Encargos setoriais	-	-	3.213	2.494
Provisões	-	-	(6.875)	(9.861)
Parcela de ajuste	-	-	291.985	119.820
Outros ativos e passivos	2.035	(31)	2.509	(4.206)
Caixa gerado (aplicado nas) de atividades operacionais	(3.457)	(4.623)	887.653	575.775
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(55.270)	(5.161)
Juros pagos sobre debêntures	11 -	-	(200.637)	(197.149)
Depósitos judiciais	-	-	18.321	(634)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(3.457)	(4.623)	650.067	372.831
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Dividendos recebidos	100.864	41.097	-	41.097
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(1.413)	(709)	(1.055)	(642)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	99.451	40.388	(1.055)	40.455
Fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(100.864)	(41.010)	(100.864)	(82.107)
Dividendos pagos não controladores	-	-	(80.575)	(25.074)
Amortização de principal de debêntures	11 -	-	(213.866)	(156.649)
Depósitos vinculados	-	-	3.334	(1.318)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(100.864)	(41.010)	(391.971)	(265.148)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.870)	(5.245)	257.041	148.138
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.171	18.416	323.561	175.423
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.301	13.171	580.602	323.561
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.870)	(5.245)	257.041	148.138

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Evoltz Participações S.A., (“Companhia” ou “Evoltz”), é uma Companhia privada constituída e sediada no Brasil, fundada no dia 26 de junho de 2017. A Companhia é controlada pela Leovac Participações S.A, sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers’ Pension Plan Board.

A Companhia tem por objeto social o investimento e participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que desempenham atividades de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades de infraestrutura correlatas.

As controladas têm por objeto social principal operar concessões de serviços públicos de transmissão de energia por um período de 30 anos.

Empresa	Percentual de participação (%)	Receita Anual Ciclo 22-23 (milhões de Reais)	Receita Anual Ciclo 23-24 (milhões de Reais)	Comprimento (KM)	Linha de Transmissão	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
EVZ IV	100%	28,0	29,1	35 Km	TL Bateias (PR) - Curitiba (PR)	21/06/2007	03/09/2010	20/06/2037
				52 Km	TL Canoinhas (SC) - São Mateus do Sul (PR)		05/09/2011	
EVZ V	100%	23,7	24,7	104 Km	TL Londrina (PR) - Maringá (PR)	09/10/2007	21/11/2009	20/06/2037
				43 Km	TL Itararé (SP) – Jaguariaíva		30/11/2010	
EVZ VI	100%	32,4	33,6	69 Km	TL Campos Novos (SC) - Videira (SC)	11/06/2007	05/07/2009	20/06/2037
				65 Km	TL Dona Francisca (RS) - Santa Maria (RS)		11/08/2011	
EVZ VII	100%	18,0	19,3	116 Km	TL Cascavel do Oeste (PR) - Foz do Iguaçu Norte (PR)	09/10/2007	18/09/2009	08/10/2037
EVZ VIII	100%	9,9	10,3	108 Km	TL Itacaiunas (PA) - Carajás (PA)	16/06/2011	31/10/2014	15/06/2041
MTE	100%	206,4	214,6	333 Km	TL Oriximina (PA) - Itacoatiara (AM)	17/10/2008	14/03/2014	15/10/2038
				224 Km	TL Itacoatiara (AM) – Cariri (AM)			
NBTE	51%	352,0	365,8	2.411 Km	TL Porto Velho (RO) - Araraquara (SP)	26/02/2009	04/11/2014	25/02/2039

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. Base da preparação e consolidação

2.1. Base da Preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("demonstrações financeiras") foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS") conforme implementadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes de suas próprias demonstrações financeiras, e somente estas informações, estão sendo apresentadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e por ativos do valor a recuperar. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo da contraprestação paga em troca dos ativos.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração no dia 04 de abril de 2024.

2.2. Base da Consolidação

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Evoltz e suas controladas, coletivamente o "Grupo", juntamente com a porção de resultados das controladas em conjunto pertinentes ao Grupo.

a) Subsidiárias

Uma subsidiária é uma entidade controlada pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando o Grupo é exposto a, ou possui direito a, retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre o investido.

Especificamente, o Grupo controla uma subsidiária se, e somente se, o Grupo tiver:

- Os poderes sobre a subsidiária (isto é, direitos existentes que dão ao Grupo a habilidade de direcionar as atividades relevantes para o negócio do referido investidor)
- Exposição, ou direitos, a retornos variáveis decorrente do envolvimento com o investidor
- Capacidade de usar seu poder sobre o investidor para afetar seus retornos.

Geralmente, presume-se que a maioria dos direitos de votação resulta em controle. A fim de apoiar esta suposição, quando o Grupo possui menos da maioria na votação ou direitos similares de um investido, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se possui poder sobre um investido, incluindo:

- O(s) arranjo(s) contratual(ais) com outros titulares de voto do investido
- Direitos oriundos de outros arranjos contratuais
- Direitos de voto do Grupo e direitos de voto potenciais

O Grupo reavalia se possui controle de um investido ou não, se fatos ou circunstâncias indicarem que há mudanças a um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma subsidiária começa quando o Grupo obtém controle sobre a subsidiária e termina quando o Grupo perde controle da subsidiária. Ativos, passivos, lucros e despesas de uma subsidiária adquirida ou liquidada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a partir da data que o Grupo recebe controle até a data que o Grupo deixa de controlar a subsidiária.

Lucros e prejuízos de cada componente do grupo são atribuídos aos proprietários do capital próprio do Grupo e ações em participações minoritárias, mesmo se isto resultar nas participações minoritárias terem saldo de déficit. Quando necessário, ajustes serão feitos aos demonstrativos financeiros das subsidiárias para alinhar as políticas de contabilidade com as políticas de contabilidade do Grupo. Todos os ativos e passivos dentro do Grupo, patrimônio, lucros, despesas, e fluxo de caixa referente a transações entre membros do Grupo são completamente eliminados na consolidação.

Uma mudança de participação societária para uma subsidiária, sem perda de controle, é contabilizada como operação de patrimônio.

Se o Grupo perder controle sobre uma subsidiária, ele deixa de reconhecer os ativos, passivos, ações em participações Minoritárias e outros componentes de patrimônio, enquanto qualquer prejuízo ou ganho resultante é reconhecido como lucro ou prejuízo. Qualquer investimento retido é reconhecido no valor de mercado.

As controladas do Grupo são a Evoltz IV São Mateus Transmissora de Energia S.A. ("EVZ IV"), Evoltz V Londrina Transmissora de Energia S.A. ("EVZ V"), Evoltz VI Campos Novos Transmissora de Energia S.A. ("EVZ VI"), Evoltz VII Foz Iguaçu Transmissora de Energia S.A. ("EVZ VII") Evoltz VIII. Transmissora de Energia S.A. ("EVZ VIII"), Manaus Transmissora de Energia S.A. ("MTE") e Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("NBTE").

b) Acordos conjuntos

Os acordos conjuntos incluem acordos contratuais em que duas ou mais partes têm controle conjunto e quando as decisões relativas às atividades relevantes da entidade requerem consentimento unânime. As operações conjuntas são empreendimentos controlados em conjunto, onde as partes têm direitos sobre os ativos e obrigações subjacentes para os passivos subjacentes relacionados ao acordo. O Grupo contabiliza sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas de qualquer acordo. Joint ventures compreendem arranjos onde as partes do arranjo têm direitos sobre os ativos líquidos. Estes são contabilizados usando o método da equivalência patrimonial.

Moeda Funcional e Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Grupo são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia.

Políticas contábeis relevantes

O Grupo aplicou as políticas de contabilidade descritas abaixo de forma consistente a todos os anos apresentados nestes demonstrativos financeiros, exceto disposto em contrário.

2.3. Combinação de Negócios

Combinação de Negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é medido pela soma da prestação transferida, que é medida pelo valor de mercado na data de aquisição e pelo valor de qualquer participação acionária minoritária neste adquirido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para cada combinação de negócios, o Grupo decide mensurar a participação minoritária na empresa adquirida pelo valor de mercado e a participação proporcional adquirida da Empresa nos ativos líquidos identificáveis. Os custos relacionados à aquisição são registrados como efetuados e incluídos nas despesas administrativas.

Quando o grupo adquire um negócio, ele avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para classificação e designação correta de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isto inclui a separação dos derivativos integrados nos contratos de hospedagem pela parte adquirida.

O valor de Mercado na data de aquisição será reconhecido por qualquer prestação contingente a ser transferida pela sociedade incorporadora. Uma prestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada e a liquidação posterior é contabilizada como parte do patrimônio líquido.

Uma consideração contingente classificada como um ativo ou passivo, que é um instrumento financeiro e dentro do escopo dos instrumentos financeiros do IFRS 9, é mensurado pelo valor de Mercado com as mudanças no valor de mercado reconhecidas no resultado, de acordo com o IFRS 9.

Outras considerações contingentes que não façam parte do escopo do IFRS 9.

2.4. Instrumentos Financeiros

O Grupo aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

2.4.1 Ativos Financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

▪ Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes.

▪ Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

No dia 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros de base classificados nesta categoria são equivalentes de caixa.

▪ Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados ao valor justo e mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que compreendem exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com essas características.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

c) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

2.4.2 Passivos Financeiros

a) Classificação inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado.

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

b) Desreconhecimento de passivos Financeiros

A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4.3 Compensação de saldos

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5. Ativos de Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a controladas do Grupo regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pelas Companhias.

Conforme referido no acordo, as controladas são responsáveis por transportar energia dos centros de geração para os pontos de distribuição. Para atender a esta demanda, a obrigação de Desempenho das Companhias é manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, as controladas mantêm sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como “Ativo de contrato de concessão”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, o Grupo utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do Ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa implícita definida no início do contrato. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pelo Grupo incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.7. Impostos renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Benefício fiscal – Lucro da exploração

As controladas MTE, EVZ VIII e NBTE têm incentivo fiscal gerado pelas operações conduzidas no Norte, conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que representa uma redução de 75% do imposto salarial. O incentivo é calculado com base no lucro tributável da atividade incentivada (imposto de renda operacional) e leva em conta na demonstração do resultado e destinado à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, as controladas possuem algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

2.8. Novas normas e Interpretações ainda não efetivas

(a) Revisadas e Vigentes

- CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguros
- CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro
- CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material

(b) Revisadas e não vigentes

- CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos (Transação de venda e retroarrendamento).
- CPC 26 (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis).
- CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstrações do fluxo de caixa.
- CPC 40 (R1) (IFRS 7) – Instrumentos financeiros.

A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia estão contempladas a seguir:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos.
- Análise de risco de crédito
- Análise de risco para a constituição de provisões, inclusive provisão para riscos fiscais, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota 12);

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente a seguir as estimativas e julgamentos consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras:

3.1 Ativo de Contrato de Concessões

No contrato de concessão das controladas estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim as controladas fazem jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento.

O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

As premissas utilizadas pelo Grupo para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes:

- **Ativos de contrato de concessão indenizáveis** – O Grupo reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como Ativo de contrato de concessão, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor contábil.
- **Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão.
- **Remuneração do Ativo de contrato de concessão** – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas por suas controladas incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa.
- **Determinação das receitas de infraestrutura** - Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho. acrescidos de margem.

3.2. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.3 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis) – O modelo de perdas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Ativos não financeiros – os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3.4 Demonstração de Fluxo de Caixa (“DFC”)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em conta corrente	4	19	6.469	462
Aplicações financeiras (i)	8.297	13.152	574.133	323.099
	8.301	13.171	580.602	323.561

- (i) Referem-se a certificados de depósito bancário remunerados por uma taxa média de 100,12% do Certificados de Depósito Interbancário (CDI), de alta liquidez, prontamente conversível em uma quantia definida dinheiro. sujeitos a acordos de recompra com instituições financeiras e um baixo risco de alteração de valor. Adicionalmente, o incremento significativo da rubrica dá-se devido ao recebimento da parcela de ajuste conforme descrito na nota 15.

5. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e Permissionárias	106.471	105.221
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(14.535)	(4.715)
Provisão para PVI (ii)	(7.223)	(26.858)
	84.713	73.648
Circulante	83.987	73.185
Não circulante	726	463

- (i) As controladas do grupo na condição de agente de transmissão, poderão solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Entretanto alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados e julgam os respectivos débitos como improcedentes. Em virtude do desfecho desfavorável destas discussões o Grupo constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- (ii) Em 2022 a provisão constituída refere-se basicamente ao excedente da franquia do desligamento ocorrido em 21 de novembro de 2022 na controlada NBTE, descontada nos AVCs de fevereiro e março de 2023. Em 2023 o montante refere-se a indisponibilidade provisionada após indeferido o requerimento administrativo junto à ANEEL, em decorrência de evento ocorrido em maio de 2015, penalizando assim a Companhia em R\$ 20,2 milhões, sendo R\$ 15 milhões descontado em 2023, e o restante a ser descontado em janeiro de 2024.

As contas a receber estão distribuídos por vencimento. conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	89.031	99.367
Vencidas até 360 dias	15.964	5.063
Vencidas por mais de 360 dias	1.476	791
	106.471	105.221

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Impostos de renda e contribuição social (i)	986	1.488	3.997	6.426
Outros tributos a recuperar	-	5	16	5
	986	1.493	4.013	6.431
Não circulante				
Impostos de renda e contribuição social (i)	-	-	19.066	17.652
Outros tributos a recuperar (ii)	-	-	4.830	4.409
	-	-	23.896	22.061

- (i) Referem-se basicamente a saldos negativos de imposto de renda e contribuição social os quais são atualizados monetariamente e podem ser compensados com qualquer imposto ou contribuição administrada pela Receita Federal ("RFB"). Em adição aos saldos negativos a Companhia possui registros no longo prazo pedidos de restituição junto a RFB que estão pendentes de deferimento.
- (ii) Refere-se principalmente ao saldo de PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) pago a maior nos exercícios de 2017 e 2018 da controlada MTE, no qual a Companhia está em processo de pedido de restituição a RFB. Tendo em vista o aguardo da anuência da RFB o saldo foi reclassificado para o longo prazo.

7. Ativos de contrato de concessão

Segue abaixo a movimentação dos ativos de contrato de concessão do Grupo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	5.779.771	5.665.632
Alocação Menos valia	50.996	38.195
Remuneração de ativos de contrato de concessão	587.465	582.860
Amortização de ativo de contrato de concessão	(538.991)	(506.916)
Saldo final	5.879.241	5.779.771
Corrente	575.941	512.848
Não circulante	5.303.300	5.266.923

Contrato de Concessão de Serviço

As principais características do Contrato de Concessão de Serviço para os serviços de transmissão pública para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão estão descritas abaixo:

- **Receita Anual Permitida - RAP** - A prestação de serviços de transmissão pública será fornecida através de pagamento ao transmissor da RAP a ser recebida, desde a data de disponibilidade de operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é ajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- **Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. Para as controladas Evoltz IV, V, VI e VII a partir do 16º ano de operação

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

comercial, o faturamento anual da operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora será de 50% do 15º ano estendendo-se, desta forma, até o término do prazo final da concessão.

- **Parcela Variável** - A receita de Operação manutenção e construção estará sujeita a um desconto, com base em uma redução mensal, que reflete a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, de acordo com a metodologia definida no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST). A porção referente ao desconto anual para indisponibilidade não deverá exceder 12.5% da RAP para a operação, manutenção e construção do transmissor, referente ao exercício contínuo por 12 meses antes do mês de ocorrência de indisponibilidade, incluindo este mês. Caso o limite acima seja excedido, o transmissor estará sujeito a multa, imposta pela ANEEL de acordo com a Resolução 318/98, na quantia máxima para infração de 2% do faturamento anual para operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à anotação no auto de infração.
- **Ativo de contrato indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Referentes ao Serviço Público de Energia Elétrica - no período final do acordo de concessão, a extinção da concessão é totalmente determinada, ao passo que a ANEEL deverá ceder um contrato até a sucessão de um novo transmissor, a seu exclusivo critério. O término da concessão determinará automaticamente a reversão dos ativos ligados ao serviço ao Poder Concedente, com retiradas e avaliações, além da determinação da quantia de compensação devido ao transmissor, observando as quantias e datas de incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos ativos reversíveis será o valor resultante de um inventário realizado pela ANEEL ou por um agente especialmente designado, e seu pagamento será feito com os fundos fornecidos pela Reserva Global de Reversão - RGR, de acordo com o artigo 33 do Decreto nº 41019/57 dos Serviços de Energia Elétrica e o Artigo 4 da Lei 5655/71, conforme alterado pelo Artigo 9 da Lei 8631/93, após o término do procedimento administrativo, em uma porção corrigida monetariamente até a data de pagamento. O Grupo não é obrigado a remunerar o Poder Concedente pela concessão de linhas de transmissão de energia através de investimentos adicionais quando os ativos ligados ao serviço de energia pública são revertidos. A Gerência entende que a melhor estimativa para a quantia de indenização é o valor residual da propriedade, usina e equipamento.
- **Renovação ou Rescisão** – Ao exclusivo critério da ANEEL, e a fim de garantir a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão pode ser prorrogado por, no máximo, um ano, de acordo com as determinações do parágrafo 3 do Artigo 4 da Lei 9074/95, mediante solicitação do transmissor. Qualquer prorrogação do período de concessão deverá estar sujeito ao interesse público e para revisar as condições estipuladas no contrato de concessão.
- **Aspectos Ambientais** - O transmissor deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, em cumprimento da legislação e dos requisitos ambientais aplicáveis, tomando todas as medidas necessárias com a agência responsável pelo licenciamento, a seu próprio risco, e em cumprimento com todas as obrigações e requisitos. Independente de outros requisitos do órgão de licenciamento ambiental, o transmissor deverá implementar medidas compensatórias da forma prescrita no artigo 36 da Lei 9985/00, que determina o “reparo de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas”, a serem detalhados na apresentação do Projeto Ambiental Básico, de sua responsabilidade, para o órgão competente, que também apresenta os requisitos das agências ambientais dos Estados onde as Linhas de transmissão serão implementadas.
- **Descumprimento de penalidades** - Em caso de falha no cumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e procedimentos de rede, para regulamentação da prestação de serviços, a concessão poderá prescrever da forma

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo à determinação das responsabilidades do transmissor ao Poder Concedente, ANEEL e usuários e terceiros, e das indenizações aplicáveis. Alternativamente à declaração de confisco, a ANEEL poderá propor a expropriação do bloco de ações de controle do transmissor e levando a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será a quantia líquida devida em caso de confisco. Os controladores serão controlados a partir da quantia calculada, a quantia equivalente às suas respectivas participações.

8. Outras contas a receber

Em 8 de setembro de 2022, a controlada MTE obteve desfecho favorável acerca processo arbitral de caráter indenizatório, para reparação de perdas e danos em ativos operacionais. Nesse sentido, e por entender que a entrada de benefício econômico é praticamente certa, a Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, reconheceu ganho proveniente de processo arbitral no montante de R\$ 9.405. Adicionalmente, em 10 de fevereiro de 2023 a controlada foi notificada da decisão que deferiu o pedido de complementação da sentença arbitral, para determinar a incidência de juros e correção monetária sobre os valores condenatórios. Em 13 de março de 2023, a controlada recebeu o total de R\$ 11.025 como desfecho da sentença, que acrescentou ao valor condenatório o montante de R\$ 1.619 a título de juros e atualização monetária.

9. Investimentos

Investimentos em controladas

Controladora	
31/12/2023	31/12/2022
2.243.063	2.062.937
2.243.063	2.062.937

9.1. Informações de Investimento

	31 de dezembro de 2023						
	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE
Patrimônio líquido	96.978	86.728	112.262	71.762	60.245	1.364.846	1.864.460
Lucro (prejuízo) do exercício	4.459	3.401	(5.210)	(3.262)	3.747	69.881	202.270
% Participação:	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	51.0%
Classificação	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada

	31 de dezembro de 2022						
	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE
Patrimônio líquido	92.518	83.326	117.472	75.023	56.498	1.241.316	1.845.475
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.242)	1.594	(5.570)	(3.116)	2.735	55.313	106.201
% Participação	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	51.0%
Classificação	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada

9.2. Investimentos em controladas

	Controlada							Total
	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE	
Em 31 de dezembro de 2022	46.532	41.660	68.446	50.178	26.014	973.999	856.108	2.062.937
Equivalência patrimonial	4.459	3.401	(5.210)	(3.262)	3.747	69.881	103.158	176.174
Amortização menos valia	3.190	2.881	3.390	1.689	1.628	25.701	5.300	43.779
Reclassificação de dividendos	-	-	-	-	-	70.246	-	70.246
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	-	(33.336)	(33.336)
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	(6.839)	(6.839)
Dividendos intercalares recebidos	-	-	-	-	-	-	(32.578)	(32.578)
Dividendos mínimos obrigatório	-	-	-	-	-	(16.597)	(20.723)	(37.320)
Em 31 de dezembro de 2023	54.181	47.942	66.626	48.605	31.389	1.123.230	871.090	2.243.063

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

9.3. Informações sobre controladas

Balço patrimonial

	31 de dezembro de 2023						
	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	12.637	14.193	14.462	12.327	6.252	73.888	438.542
Contas a receber	2.259	2.463	3.596	1.982	1.013	20.702	51.972
Depósito vinculados	-	-	-	-	-	-	18.988
Ativos de contrato da concessão	24.520	20.783	26.491	15.694	8.055	174.394	306.004
Outros ativos circulantes	2.127	914	1.658	921	631	11.580	13.214
Total de Ativos Circulantes	41.543	38.353	46.207	30.924	15.951	280.564	828.720
Depósito vinculados	-	-	-	-	-	8.558	38.526
Ativo do contrato de concessão	146.301	117.312	177.028	98.224	77.999	2.078.999	3.389.147
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	58	1.472
Outros ativos não circulantes	3.028	906	2.986	2.069	240	13.810	3.378
Total de ativos não-circulantes	149.329	118.218	180.014	100.293	78.239	2.101.425	3.432.523
Fornecedores	1.086	885	807	963	508	5.854	17.044
Debêntures	19.360	9.254	9.745	5.149	2.869	70.004	82.059
Dividendos a pagar	-	-	-	-	241	16.597	40.633
Outros passivos circulantes	3.671	2.058	2.865	1.624	548	15.822	26.929
Total de passivos circulantes	24.117	12.197	13.417	7.736	4.166	108.277	166.665
Fornecedores	-	-	-	-	1.004	-	38.845
Debêntures	36.039	20.207	22.692	13.201	15.744	568.932	1.209.758
Provisões	2.769	2.342	24.684	1.478	746	17.803	8.953
Impostos diferidos	30.969	35.097	53.166	31.468	12.285	322.131	560.757
Parcela de ajuste	-	-	-	-	-	-	411.805
Outros passivos não circulantes	-	-	-	5.572	-	-	-
Total de passivos não-circulantes	69.777	57.646	100.542	51.719	29.779	908.866	2.230.118
Patrimônio líquido	96.978	86.728	112.262	71.762	60.245	1.364.846	1.864.460

	31 de dezembro de 2022						
	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	11.963	12.155	13.206	10.122	5.421	48.087	209.436
Contas a receber	2.011	2.171	2.980	1.326	857	19.345	44.495
Depósito vinculados	-	-	-	-	-	-	23.910
Ativos de contrato da concessão	22.772	19.176	25.395	14.089	7.699	151.505	272.212
Outros ativos circulantes	2.066	960	1.109	920	647	21.313	14.079
Total de ativos circulantes	38.812	34.462	42.690	26.457	14.624	240.250	564.132
Depósito vinculados	-	-	-	-	-	-	37.990
Ativo do contrato de concessão	155.334	124.775	187.909	110.330	76.619	2.079.575	3.365.087
Depósitos judiciais	52	-	-	-	-	17.410	1.515
Outros ativos não circulantes	2.841	903	2.807	1.954	263	12.802	3.181
Total de ativos não-circulantes	158.227	125.678	190.716	112.284	76.882	2.109.787	3.407.773
Fornecedores	609	506	1.319	900	378	2.197	7.195
Debêntures	16.429	8.571	10.067	5.705	2.768	73.808	86.599
Dividendos a pagar	-	-	-	-	241	87.246	21.788
Outros passivos circulantes	2.156	891	905	545	643	17.648	24.499
Total de passivos circulantes	19.194	9.968	12.291	7.150	4.030	180.899	140.081
Fornecedores	-	-	-	-	1.004	-	49.442
Debêntures	52.920	31.375	42.399	19.230	19.103	620.677	1.245.754
Provisões	2.547	2.243	3.797	-	662	21.297	11.176
Impostos diferidos	29.860	33.228	57.447	31.323	10.190	285.848	560.157
Parcela de ajuste	-	-	-	-	-	-	119.820
Outros passivos não circulantes	-	-	-	6.015	19	-	-
Total de passivos não-circulantes	85.327	66.846	103.643	56.568	30.978	927.822	1.986.349
Patrimônio líquido	92.518	83.326	117.472	75.023	56.498	1.241.316	1.845.475

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstração de resultados

	31 de dezembro de 2023						
	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE
Receita líquida	20.527	16.835	24.338	8.132	11.318	220.616	405.765
Custo de operações	(5.581)	(4.303)	(3.372)	(5.607)	(2.375)	(21.920)	(21.593)
Outras receitas/despesas operacionais	(9)	(8)	(7)	127	29	15.032	2.293
Despesas gerais e administrativas	(2.443)	(2.141)	(23.549)	(2.003)	(998)	(16.543)	(28.422)
Resultado financeiro, líquido	(4.884)	(3.438)	(4.414)	(1.723)	(2.280)	(90.967)	(96.072)
Impostos de renda e contribuição social	(3.151)	(3.544)	1.794	(2.188)	(1.947)	(36.337)	(59.701)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.459	3.401	(5.210)	(3.262)	3.747	69.881	202.270

	31 de dezembro de 2022						
	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE
Receita líquida	19.953	18.303	19.081	13.083	9.969	201.439	335.797
Custo de operações	(7.583)	(2.862)	(6.478)	(4.076)	(2.366)	(18.165)	(37.874)
Outras receitas operacionais	-	220	-	131	-	14.396	3.103
Despesas gerais e administrativas	(1.935)	(1.863)	(2.339)	(3.517)	(890)	(15.083)	(20.976)
Resultado financeiro, líquido	(6.861)	(4.554)	(6.052)	(2.564)	(2.425)	(96.834)	(139.125)
Impostos de renda e contribuição social	(5.816)	(7.650)	(9.782)	(6.173)	(1.553)	(30.440)	(34.724)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.242)	1.594	(5.570)	(3.116)	2.735	55.313	106.201

10. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços	650	846	67.173	63.626
Outros	43	-	516	770
	693	846	67.689	64.396
Circulante (i)	693	846	27.840	13.950
Não-Circulante (i)		-	39.849	50.446

Refere-se a confissão de dívida por força de acordo judicial da controlada NBTE no montante de R\$ 85,4 milhões cujas parcelas remanescentes serão pagas corrigidas pelo IPCA da seguinte forma: R\$ 10 milhões em 31 de outubro de 2024 (saldo em curto prazo, montante atualizado de R\$ 12,9 milhões), R\$ 15 milhões em 31 de outubro de 2025 e R\$ 15 milhões em 31 de outubro de 2026 (saldo em longo prazo, montante atualizado de R\$ 38,8 milhões).

11. Debêntures

11.1. Composição das debêntures

Empresa	Dívida	taxa de juros	Prazo	Valor liberado	Consolidado		
					31/12/2023	Circulante	Não Circulante
Manaus	Debênture	CDI 2,75%	15/04/2021 15/04/2031	750.000	70.765	573.750	644.515
Norte	Debênture	IPCA 7,15%	15/03/2013 15/09/2026	200.000	30.717	155.004	185.721
Norte	Debênture	IPCA 5,07%	15/11/2020 15/11/2030	1.000.000	55.622	1.077.374	1.132.996
EVZ IV	Debênture	IPCA 5,40%	25/11/2020 15/10/2027	70.000	19.378	36.089	55.467
EVZ V	Debênture	CDI 1,28%	13/01/2020 30/06/2029	56.000	9.316	20.487	29.803
EVZ VI	Debênture	CDI 1,28%	13/01/2020 30/06/2029	67.000	9.819	23.026	32.845
EVZ VII	Debênture	CDI 1,26%	13/01/2020 30/06/2029	42.000	5.196	13.413	18.609
EVZ VIII	Debênture	CDI 1,42%	26/12/2019 30/06/2029	25.000	2.907	15.915	18.822
Total das debêntures					203.720	1.915.058	2.118.778
Custo de transação					(5.280)	(28.485)	(33.765)



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Total	198.440	1.886.573	2.085.013
--------------	----------------	------------------	------------------

Os vencimentos das parcelas de longo prazo estão distribuídos conforme a seguir:

	2025	2026	2027	2028	após 2028	Total
Debêntures	211.840	226.811	266.116	920.067	290.224	1.915.058

Empresa	Dívida	taxa de juros	Prazo	Valor liberado	Consolidado		
					31/12/2022	Circulante	Não Circulante
Manaus	Debênture	CDI 2,75%	15/04/2021 15/04/2031	750.000	74.572	626.250	700.822
Norte	Debênture	IPCA 7,15%	15/03/2013 15/09/2026	200.000	36.903	197.115	234.018
Norte	Debênture	IPCA 5,07%	15/11/2020 15/11/2030	1.000.000	53.941	1.075.619	1.129.560
EVZ IV	Debênture	IPCA 5,40%	25/11/2020 15/10/2027	70.000	16.447	52.988	69.435
EVZ V	Debênture	CDI 1,28%	13/01/2020 30/06/2029	56.000	8.633	31.717	40.350
EVZ VI	Debênture	CDI 1,28%	13/01/2020 30/06/2029	67.000	10.141	42.807	52.948
EVZ VII	Debênture	CDI 1,26%	13/01/2020 30/06/2029	42.000	5.752	19.489	25.241
EVZ VIII	Debênture	CDI 1,42%	26/12/2019 30/06/2029	25.000	2.806	19.312	22.118
Total das debêntures					209.195	2.065.297	2.274.492
Custo de transação					(5.248)	(33.839)	(39.087)
Total					203.947	2.031.458	2.235.405

Abaixo segue movimentação das debêntures:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	2.235.405	2.300.359
Juros provisionados	258.789	283.517
Amortização de juros	(200.637)	(197.149)
Amortização de principal	(213.866)	(156.649)
Amortização do custo de transação	5.322	5.327
Saldo final	2.085.013	2.235.405

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

11.2 Depósitos vinculados

A controlada NBTE possui contas reservas vinculadas as obrigações contratuais referentes a 1º emissão de debêntures, cuja remuneração está baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. A conta reserva do serviço da dívida deverá manter saldo correspondente a próxima prestação a vencer de amortização do principal e juros. Adicionalmente, de acordo com a mecânica estabelecida no contrato de cessão fiduciária a Companhia deverá depositar mensalmente o valor equivalente a um sexto da próxima prestação vincenda em conta vinculada. Os recursos possuem destino específico e exclusivo para o serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de depósitos vinculados totaliza o montante de R\$ 57.514 (em 31 de dezembro de 2022 – R\$ 61.900). Adicionalmente, conforme nota 11.4, em fevereiro de 2023 a controlada MTE depositou o montante R\$7.776 (montante atualizado de R\$ 8.558) a título de depósito vinculado assegurando assim a manutenção do ICSD. Assim, os depósitos vinculados somam ao todo R\$ 66.072 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo R\$ 18.988 no curto prazo e R\$ 47.084 a longo prazo.

11.3. Garantias concedidas

Entidades	Agente financeiro	Penhor de ações	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios emergentes da Concessão
MTE e NBTE	Pentágono	X	X
Evoltz IV a VIII	Oliveira Trust	X	X

11.4 Obrigações contratuais

Contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas (“Covenants”) financeiros e não financeiros de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a controlada MTE não atingiu o índice mínimo de 1,20, o índice apurado foi 1,15. Conforme previsto na Escritura das Debêntures, caso não seja atingido o índice de 1,20, e o ICSD apurado seja superior a 1,05, a controlada poderá curar o inadimplemento ocorrido mediante depósito em conta vinculada do ICSD dos recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20. Em 7 de fevereiro de 2023, a companhia efetuou o depósito em conta reserva no montante de R\$ 7.776, (saldo atualizado R\$ 8.558 em 31 de dezembro de 2023) para atingimento do índice.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada MTE não atingiu o índice de ICSD determinado pelo segundo ano consecutivo, uma vez que o índice apurado foi 1,15. Em razão do não atingimento do índice a Companhia manteve o depósito efetuado em 7 de fevereiro de 2023, em conta reserva no montante depositado de R\$ 8.558 assegurando assim a manutenção do índice financeiro estabelecido contratualmente e não execução do vencimento antecipado da dívida.

Em 31 de dezembro de 2023, exceto pelo supracitado da controlada MTE, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes foram cumpridas.

12. Provisões

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ambientais	8.143	12.431
Fundiárias	8.531	5.691
Regulatórias	2.342	2.243
Provisão para contingências	39.454	24.980
Sobressalentes	17.648	19.962
Outras provisões	-	2.838
	76.118	68.145
Circulante	6.411	10.736
Não circulante	69.707	57.409
	76.118	68.145

Provisões ambientais

Referem-se à provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socioambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros.

Sobressalentes

Referem-se à aquisição de materiais e peças sobressalentes para formação de reserva técnica para possíveis reposições.

Fundiárias

Correspondem à ações de natureza fundiária e indenizatória relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão.

Provisões para contingências

Estas referem-se principalmente a ações indenizatórias e rescisão de contrato de prestação de serviços depositados por um fornecedor específico contra o Grupo referente a passivos e inadimplência contratual. Na constituição das provisões o Grupo considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração do Grupo consubstanciada na avaliação do departamento jurídico interno e na opinião de seus assessores jurídicos externos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Outras provisões

Corresponde basicamente a provisão de fornecedores de serviços e materiais para reconhecimento em conformidade com a competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Movimento das provisões

	Ambientais	Sobressalentes	Fundiárias	Regulatórias	Contingências	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2021	16.991	21.810	5.685	4.159	69.502	1.363	119.510
Amortização por exclusão de litígios (i)	-	-	-	-	(46.206)	-	(46.206)
Adições	-	-	2.600	-	3.950	990	7.540
Atualização	178	-	688	327	695	-	1.888
Reversões	-	-	(398)	(2.243)	(867)	(1.363)	(4.871)
Pagamentos (iv)	(4.738)	-	(2.884)	-	(2.094)	-	(9.716)
Em 31 de dezembro de 2022	12.431	21.810	5.691	2.243	24.980	990	68.145
Amortização por exclusão de litígios (i)	-	-	-	-	(4.755)	-	(4.755)
Adições	-	-	1.478	-	-	-	1.478
Atualização (ii)	814	-	2.119	99	21.136	-	24.168
Reversões (iii)	(18)	(4.162)	(65)	-	(808)	(990)	(6.043)
Pagamentos (iv)	(5.084)	-	(692)	-	(1.099)	-	(6.875)
Em 31 de dezembro de 2023	8.143	17.648	8.531	2.342	39.454	-	76.118

- (i) Na combinação de negócios, para a mensuração do valor justo das contingências, cujas chances de perda foram classificadas como possíveis e remotas, a Administração da Evoltz e seus consultores externos e independentes foram considerados pelos seus valores justos, cujos valores foram mensurados com base nas análises de advogados externos da empresa. No reconhecimento inicial, o valor justo das contingências é realizado à medida que as respectivas contingências são liquidadas, canceladas ou extintas.
- (ii) Trata-se basicamente de causas da controlada EVZ VI cujo objeto em comum visava a discussão relacionada ao contrato de prestação de serviços no período de construção nos quais visam o ressarcimento e reparo contratual. O incremento refere-se à reavaliação das causas cíveis nos quais aguardam a manifestação fundamentada dos credores
- (iii) As reversões referem-se principalmente a baixa de sobressalentes consumidos no montante de R\$ 1.701 e baixa de provisões pré-operacionais sem expectativa de realização no montante de R\$ 1.848 na controlada MTE.
- (iv) Os pagamentos referem-se basicamente a: (a) gastos incorridos no programa de Compensação Ambiental, Corte Seletivo de vegetação atendendo as especificações legais pertinentes de forma a garantir uma operação segura da linha de transmissão nas controladas MTE e NBTE.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Passivos contingentes

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Cível	558	245
Trabalhista	440	392
	998	637

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cível (i)	20.375	13.177
Ambiental	4.823	4.272
Tributárias (ii)	44.108	31.693
Regulatórias(iii)	49.100	124.875
Trabalhista	2.083	719
Fundiária (iv)	53.814	37.645
	174.303	212.381

(i) Referem-se basicamente a ação de fornecedor contra a controlada MTE onde é pleiteado o pagamento de prejuízos sofridos em contrato de empreitada assinado entre as partes decorrentes de descumprimento contratual e cobrança de títulos, a causa foi extinta em 2023 após decisão favorável à Companhia. Adicionalmente, o incremento refere-se a reavaliação de risco da causa conforme supracitado no item a (ii) da controlada EVZ VI.

(ii) Refere-se principalmente aos autos de infração impetrados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de inconformidade contra despacho decisório que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010 da controlada MTE. Adicionalmente, ações de execução fiscal para discussão de valores devidos pelo não recolhimento do ICMS.

Refere-se basicamente a processos administrativos interpostos pela controlada NBTE visando a suspensão de aplicação de PVI a Companhia. A redução se refere a: (i) Desconto de PVI, conforme nota 4, após indeferimento junto à ANEEL e (ii) Indeferimento junto a ANEEL de ação visando afastar a aplicação a PVI via Despacho 3.909, à luz da decisão a Administração da companhia decide não questionar a referida decisão e a mesma não acarretará penalidades a Companhia.

(iii) Refere-se às ações de indenização relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão. A variação se refere a mudança de prognóstico de uma das causas da controlada MTE.

a) Garantias legais

O Grupo oferece garantias como ferramenta de condição legal para circunstâncias específicas. Isso não implica pagamento antecipado, nem reconhecimento da condenação. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui garantias legais para contingências de direito fundiário, tributário e regulatório.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de Renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	190.563	228.379
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(396.320)	(396.176)	(783.639)	(766.310)
	(396.320)	(396.176)	(593.076)	(537.931)

Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros preparados pela Administração. Tais projeções foram elaboradas com base em premissas e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31 de dezembro de 2023 de acordo com o seguinte cronograma futuro, com base no prejuízo fiscal e base negativa:

	2024	2025	2026	Após 2026	Total
EVZ IV	48	38	-	1.663	1.749
EVZ V	172	-	-	750	922
EVZ VI	-	-	-	45	45
EVZ VIII	32	167	86	705	990
MET	1.359	2.949	4.748	97.712	106.768
NBTE	10.246	6.611	8.914	54.318	80.089
Total	11.857	9.765	13.748	155.193	190.563

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	
	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	217.102	421.288
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto calculado sobre a alíquota nominal	(73.815)	(143.238)
Equivalência patrimonial	74.784	-
Lucro por exploração	-	29.626
Outras adições(exclusões)	(1.114)	8.393
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(145)	(105.219)
Alíquota efetiva	(0,07%)	(24,98%)
Efeito no resultado		
Corrente	-	(62.047)
Diferido	(145)	(43.172)
	145	(105.219)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31/12/2022	
	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	171.542	319.718
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto calculado sobre a alíquota nominal	(58.324)	(108.704)
Equivalência patrimonial	59.020	-
Lucro por exploração	-	13.739
Outras adições(exclusões)	(602)	14.770
Despesas com imposto de renda e contribuição social	94	(80.195)
Alíquota efetiva	0,05%	(25,08%)
Reversão de impostos diferidos por não recuperabilidade (i)	-	(15.849)
Corrente	-	(13.225)
Diferido	94	(82.819)
	94	(96.044)

14. PIS e COFINS diferidos

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	101.086	101.028
COFINS diferido	465.548	465.268
	566.634	566.296
Circulante	9.526	3.983
Não circulante	557.108	562.313

Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente nas controladas.

15. Parcela de ajuste

A controlada NBTE pleiteia judicialmente indenização de 562 dias de Receita Anual Permitida (RAP) não recebidos no início da operação, sendo o montante total pleiteado de R\$ 541.970.

Embora a ação esteja sujeita a recurso, a ANEEL em cumprimento a uma decisão judicial do Tribunal Federal (TRF-1) incluiu um adicional de R\$ 270.985 no processo tarifário de 2022 da controlada, que corresponde a 50% do montante da indenização, que foi pago em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de setembro/2022 a junho/2023, e os 50% remanescentes no ciclo 2023-2024 da RAP, sendo o montante total atualizado de R\$ 279.044.

Os efeitos dessa decisão foram apurados pela NBTE considerando o CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, dado que não foi homologado o trânsito em julgado da ação, o ativo (Receita) não deve ser reconhecido. Visando a adequação das normas contábeis, a Companhia registrou o ingresso do recurso como “Caixa e equivalentes de caixa”, tendo a sua contrapartida como “Parcela de ajuste”. Concluindo, apesar de corresponder a um acréscimo no ativo da Companhia, o ganho não é certo, permanecendo, assim, a obrigação de não registrar a receita até o trânsito em julgado da ação. A primeira parcela foi recebida em outubro de 2022 via P.A (“Parcela de ajuste”), no AVC referente a setembro de 2022, e assim tem se seguido desde então, mensalmente, totalizando nesta data base R\$ 411.805, líquido dos respectivos efeitos fiscais (R\$ 119.820 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Companhia é representado por 750.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo distribuído da seguinte forma:

Leovac Participações S.A.
12365359 Canada Inc
12365341 Canada Inc
12365367 Canada Inc

Composição acionária	
Número de Ações	%
750.000.997	99,99%
1	0,003%
1	0,003%
1	0,003%
750.001.000	100%

16.2. Reservas

a) Reserva Legal

Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor.

b) Reserva de retenção de lucros

O saldo final da Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2023 se constitui do saldo remanescente de lucros acumulados, após proposta de distribuição de dividendos.

c) Lucros não realizados

Um lucro não realizado é um lucro em potencial que existe no papel, como resultado de um investimento. É um aumento no valor de um ativo que ainda será vendido em espécie como uma posição que teve seu valor aumentado, mas permanece aberta.

d) Reserva de incentivo fiscal

Refere-se a subvenção governamental a título de incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas controladas NBTE, MTE e EVZ VIII, reconhecida de forma reflexa na controladora. As subvenções são registradas contabilmente no patrimônio líquido, como reserva de lucro, submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

e) Dividendos

Sob os termos do Estatuto da Empresa, aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do ano, calculada de acordo com a Lei das Sociedades por Ações do Brasil. A administração propõe os dividendos como indicado abaixo:

31/12/2023

31/12/2022

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Lucro líquido do exercício	216.957	171.636
Reserva legal	(10.848)	(8.582)
Reserva de incentivos fiscais	(15.109)	(7.007)
Lucro base para determinação do dividendo	191.000	156.047
% dividendos mínimo	25%	25%
Dividendos mínimo obrigatórios	47.750	39.012
Dividendos adicionais propostos	131.230	29.275
Dividendos propostos por lote de mil ações	0,239	0,091

f) Lucro por ação

O lucro básico anual por ação para 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi calculado com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação, como se segue:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações ordinárias no início do exercício	750.001	750.001
Número de ações ordinárias no final do exercício	750.001	750.001
Resultado Líquido do exercício	216.957	171.636
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício	750.001	750.001
Lucro líquido e diluído por ação	0,29	0,23

A Companhia não possui instrumentos convertíveis em ações que devam ser considerados no cálculo dos lucros por ação para os anos terminados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Consequentemente, o lucro líquido e diluído por ação é igual.

17. Receita líquida

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração do ativo contratual	587.465	582.860
Receita de Operação e Manutenção	62.481	58.896
Outras receitas (i)	168.578	108.220
Receita Bruta	818.524	749.976
PIS e COFINS	(58.531)	(78.788)
Encargos setoriais	(31.300)	(25.282)
Provisão/Reversão de PVI	(21.162)	(28.281)
Deduções à receita	(110.993)	(132.351)
Receita líquida	707.531	617.625

(i) Refere-se basicamente a diferença entre a amortização do ativo de contrato e o recebimento (AVC).

	31/12/2023	31/12/2022
Operação e Manutenção		
- Receita	62.481	58.896
- Custos	(62.809)	(82.896)
Margem(R\$)	(328)	(24.000)
Margem percebida (%)	(0,52)%	(40,75)%

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- (a) Para avaliação das margens de Operação e Manutenção percebidas, estão sendo considerados os custos recorrentes da operação da Companhia. Foram desconsiderados para a base do cálculo, os custos não recorrentes de contingências e recuperação de despesas, uma vez que não estão diretamente ligados a operação e manutenção dos ativos de contrato da Companhia.

18. Custos e despesas operacionais

	Controladora			
	Custo		Despesa	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros Ambientais	-	-	(1.729)	(541)
Impostos e taxas	-	-	(11)	(7)
Seguros	-	-	(62)	(16)
Despesas de viagem	-	-	(1.232)	(1.938)
Outras despesas	-	-	(1.216)	(1.037)
	-	-	(4.250)	(3.896)

	Consolidado			
	Custo		Despesa	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(13.488)	(10.196)	(27.267)	(21.265)
Serviços de terceiros (i)	(39.724)	(59.382)	(18.055)	(15.283)
Ambientais	(1.773)	(806)	-	(546)
Contingências (ii)	(3.948)	(2.304)	(20.189)	(3.212)
Seguros	(7.881)	(7.330)	(251)	(316)
Recuperação de Despesas (iii)	8.276	10.671	-	-
Provisão para devedores duvidosos (iv)	-	-	(9.819)	(4.715)
Créditos incobráveis	-	-	-	(1.798)
Despesas de viagem	-	-	(1.232)	(1.938)
Outras despesas	(6.213)	(5.182)	(3.536)	(6.141)
	(64.751)	(74.529)	(80.349)	(55.214)

- (i) Refere-se basicamente a redução com custos de serviços de manutenção e reparação dos ativos de transmissão das controladas no montante de R\$ 17.034.
- (ii) A variação se refere basicamente a revisão dos valores de perda da causa cível da controlada EVZ VI, conforme nota 12.
- (iii) Refere se basicamente aos ressarcimentos das perdas incorridas pelos incidentes de quedas de torres ocorrido nas controladas NBTE e EVZ VI no montante de R\$8,2 milhões. Em 2022, refere-se basicamente ao reconhecimento pela controlada MTE de indenização proveniente de desfecho favorável no processo arbitral por reparação de perdas e danos no valor de R\$ 9,4 milhões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.370	1.778	56.954	26.251
Rendimentos sobre depósitos vinculados	-	-	7.506	5.771
Atualização de depósitos judiciais	-	-	874	1.705
Outras receitas financeiras	148	172	3.982	4.353
Receita Financeira	1.518	1.950	69.316	38.080
Juros debêntures	-	-	(258.789)	(283.517)
Outras despesas financeiras	(119)	(188)	(12.906)	(11.216)
Despesa Financeira	(119)	(188)	(271.695)	(294.733)
Resultado financeiro líquido	1.399	1.762	(202.379)	(256.653)

20. Operações com partes relacionadas

a) Transações

	Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Dividendos	Contas a receber	Dividendos	Contas a receber
EVZ IV	-	523	-	294
EVZ V	-	441	-	249
EVZ VI	-	601	-	342
EVZ VII	-	335	-	192
EVZ VIII	241	185	241	109
MTE	16.597	4.279	87.246	4.272
NBTE	20.723	6.541	11.111	3.804
Total	37.561	12.905	98.598	9.262

O Grupo Evoltz mantém o contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos com suas partes relacionadas, aprovado e homologado pela ANEEL por meio do Despacho N° 754, de 21 de março de 2022 tendo como critério de alocação do rateio a Receita Anual Permitida – RAP.

As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto não há incidência de juros e atualização monetária.

b) Remuneração dos administradores

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e honorários	6.368	6.070
Encargos sociais	1.261	1.213
	7.629	7.283

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21. Instrumentos financeiros e gestão de risco

21.1. Gestão de riscos

As atividades do Grupo estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O modelo de Gestão de Riscos do Grupo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por projeto, área e sociedade.

As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de risco são:

a) Riscos de mercado

É o risco de mudanças nas variáveis de mercado, tais como taxa de câmbio estrangeiro, inflação e taxas de juros. O objetivo da gestão de risco de Mercado é gerenciar e controlar a exposição a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, com otimização de retornos.

- **Risco de taxa de juros** - Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre a despesa financeira associada as debêntures do Grupo, como também sobre as receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o perfil dos passivos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Consolidado
	31/12/2023
Debêntures - IPCA	1.374.184
Debêntures - CDI	744.594

- **Risco de inflação** - A receita de suas controladas atuantes no segmento de transmissão é atualizada anualmente por índices de inflação - IPCA. Em caso de deflação, a concessionária terá suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação a concessionária poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

b) Riscos de crédito

É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. Neste sentido, as principais exposições ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

- **Caixa e valores equiparáveis** - nota 4

Para controlar o risco de crédito do caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas possuem critérios que estabelecem que as contrapartes devam ser sempre instituições financeiras de 1ª linha e dívida pública de alto nível de qualificação de crédito

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

assim como política estabelecida de limites máximos a investir ou contratar com revisão periódica deles.

▪ Contas a receber - nota 5

O Grupo entende que há riscos mínimos de crédito em relação aos seus clientes, pois o Contrato de Uso Sistema de Transmissão – CUST, celebrado entre a Companhia e o ONS, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia – CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. A RAP de uma companhia de transmissão é recebida das companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro e deste modo o risco de crédito é baixo.

c) Riscos de liquidez

É o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros.

Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como debêntures, estão divulgados na Nota 11. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

A Companhia tem debêntures que contêm cláusulas restritivas. O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia liquide tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxo de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes foram cumpridas (nota 11).

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pelo Grupo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora 31/12/2023				
	Até 6 meses	6 meses até 1 ano	de 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Fornecedores	693	-	-	-	693
Partes relacionadas	12.905	-	-	-	12.905
	13.598	-	-	-	13.598

	Consolidado 31/12/2023				
	Até 6 meses	6 meses até 1 ano	de 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Fornecedores	14.892	12.948	39.849	-	67.689
Debêntures	101.862	101.858	826.895	1.088.163	2.118.778
	116.754	114.806	866.744	1.088.163	2.186.467

21.2. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

A seguir a Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável.

A Administração entende que o cenário provável em 31 de dezembro de 2023 para o IPCA é de 3,9% e do CDI é de 9,0% conforme expectativa de mercado.

	Taxa	Valor exposto 31/12/2022	Consolidado		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – IPCA	3,9%	1.374.184	53.593	66.991	80.390
Debêntures – CDI	9,0%	744.594	67.013	83.767	100.520
Efeito esperado no resultado do exercício e no patrimônio líquido		2.118.778	120.606	150.758	180.910

Fonte: IPCA e CDI de acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN (Relatório Focus, em 05 de janeiro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21.3. Instrumentos financeiros por categoria

		Controladora			
		31/12/2023		31/12/2022	
Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	
Ativos financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	-	8.301	-	13.171
		-	8.301	-	13.171
Passivos financeiros					
Fornecedores	10	693	-	305	-
Partes relacionadas		12.905	-	9.262	-
		13.598	-	9.567	-
		Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	
Ativos financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	-	580.602	-	323.561
Contas a Receber	5	84.713	-	73.648	-
Depósitos Vinculados	11.2	-	66.072	-	61.900
		84.713	646.674	73.648	385.461
Passivos financeiros					
Fornecedores	10	67.689	-	63.855	-
Debêntures	11	2.118.778	-	2.274.492	-
		2.186.467	-	2.338.347	-

21.4. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao gerenciar o capital são proteger a capacidade da Empresa de continuar a trazer ganhos aos acionistas e benefícios a outros atores, além de manter uma estrutura de capital ideal.

O Grupo monitora o capital com base em seu nível de endividamento, assim como os compromissos fornecidos por escrituras de debêntures assinadas. O nível de endividamento da Empresa é medido pelo valor total de debêntures menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido pelos títulos dos acionistas. A Administração também monitora o nível dos dividendos dos acionistas.

O índice de endividamento é mostrado abaixo:

		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Dívida bruta		2.118.778	2.274.492
Caixa e equivalente de caixa + depósitos vinculados		(646.674)	(385.461)
Dívida líquida		1.472.104	1.889.031
Patrimônio líquido		2.748.623	2.599.389
Taxa de dívida líquida (Dívida líquida/PL)		0,54	0,73

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21.5. Estimativa de valor justo

A Companhia e suas controladas aplica CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados adotados no mercado (ou seja, inserções não observáveis).

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

Controladora			
Ativos financeiros	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em conta corrente	2	4	19
Aplicações financeiras	2	8.297	13.152

Consolidado			
Ativos financeiros	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	2	6.469	462
Aplicações financeiras	2	574.133	323.099
Depósitos vinculados	2	66.072	61.900

22. Aspectos ambientais

As controladas da Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

As licenças ambientais vigente expedida às controladas até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras está demonstrada a seguir:

Empresa	Linhas de Transmissão	Autoridade Ambiental	Licenças de Operação (LO)	Válida até
EVZ IV	LT 230kv Curitiba – Bateias	IAT/PR	21959/2022	08/12/2026
EVZ IV	LT 230kv Canoinhas - São Mateus	IBAMA	1047/2011	09/05/2029
EVZ V	LT 230kv Londrina – Maringá	IAT/PR	19970/2021	22/04/2027
EVZ V	LT 230kv Itararé II - Jaguariaíva	IBAMA	979/2010	20/11/2033
EVZ VI	LT 230kv Campos Novos - Videira	IMA/SC	4673/2022	25/07/2026
EVZ VI	LT 230kv Dona Francisca - Santa Maria	FEPAM/RS	07469/2020	20/12/2025
EVZ VII	TL 230kv Foz do Iguaçu - Cascavel	IAT/PR	21297/2022	04/11/2027
EVZ VII	LT Seccionamento Medianeira	IAT/PR	36064/2023	31/03/2028
EVZ VIII	LTC 230kv Itacaiúnas - Carajás C3	SEMA/PA	13449/2022	02/05/2025
MTE	LT Oriximiná-Silves-Lechuga	IBAMA	LO 1135/2013	10/04/2028
NBTE	LT Porto Velho - Araraquara 2	IBAMA	LO 1265/2014	25/10/2020 (*)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(*) Renovação solicitada, porém ainda não renovada. Conforme a Lei 140/11, artigo 14, se a solicitação de renovação for realizada até 120 antes do vencimento fixado, a licença ficará automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente. O atendimento a licença de operação ocorre de forma contínua sendo reportado anualmente ao IBAMA por meio do relatório de atendimento as condicionantes.

23. Cobertura do seguro

O Grupo adota política de cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos em quantias consideradas suficientes pela Gerência para cobrir possíveis perdas/riscos, considerando a natureza da atividade. Dada a natureza, as hipóteses de risco adotadas não são parte do escopo da auditoria, portanto, não foram examinados por nossos auditores independentes.

Riscos	Seguradora	Vigência	Limite máximo de garantia
D&O (i)	Swiss Re	Jul/2023 a Jul/2024	100.000
Responsabilidade Civil			
EVZ IV a VIII	Tokio Marine	Dez/2023 a Dez/2024	10.000
MTE	Tokio Marine	Dez/2023 a Dez/2024	15.000
NBTE	Tokio Marine	Jan/2024 a Jan/2025	15.000
Risco Operacional			
EVZ IV a VIII	Tokio Marine	Jan/2024 a Jan/2025	70.000
MTE	Tokio Marine	Jan/2024 a Jan/2025	200.000

(i) Seguro contratado pela controladora e pago mensalmente por nota de débito pelas controladas

24. Eventos Subsequentes

O Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato”) da controlada NBTE (“Companhia”) firmado em 18 de dezembro 2017 entre a Evoltz Participações (“Evoltz”) e o antigo acionista a Abengoa Concessões (“Vendedora”), em conjunto denominadas Partes, que tem por objeto a aquisição, pela Evoltz, de participações acionárias de concessionárias de instalações para transmissão de energia elétrica, dentre elas a NBTE, prevê a obrigação da companhia da transferência de quaisquer Ativos Supervenientes à Vendedora, conforme percentuais e montantes especificados nas cláusulas do referido contrato de compra e venda.

O mesmo Contrato inclui dentro da definição de ativos supervenientes a ação judicial ajuizada pela Companhia contra a ANEEL, que pleiteia o ressarcimento de prejuízos decorrentes de atrasos na entrada em operação.

O referido Contrato ainda estabelece, ao tratar da definição de Ativos Supervenientes, que na medida em que um Ativo Superveniente seja objeto de um litígio, nenhum pagamento será feito à Vendedora, a menos e até que uma decisão transitada em julgado seja proferida, outorgando esse Ativo Superveniente de forma definitiva.

Uma vez notificada pela NBTE das movimentações financeiras acima descritas, a Vendedora solicitou à NBTE que passasse a depositar o montante líquido da RAP recebida, nos termos do Contrato que possivelmente caberá à Vendedora em conta garantia de movimentação restrita “Conta Escrow”.

Embora o Contrato não preveja tal obrigação de depósito de tais montantes em Conta Escrow, acordaram as Partes através do instrumento Memorando de Entendimentos celebrado em 2023, que tal medida se afigura a mais adequada para (a) garantir o recebimento pela Vendedora dos valores que eventualmente lhes caibam, e (b) prevenir a eventual geração involuntária de benefícios financeiros às Partes em desacordo com as regras sobre Ativos Superveniente do Contrato. Abaixo seguem os principais termos estabelecidos entre as partes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

i. depositar a parcela cabível à Vendedora dos valores já recebidos a título de Acréscimos na RAP, conforme memória de cálculos validada de comum acordo entre as Partes, ressalvadas as hipóteses de suspensão ou pagamento parcial de tais valores, por motivos alheios à vontade da Norte Brasil, até que cesse tal suspensão e/ou seja sanado o inadimplemento.

ii. Os valores depositados ficarão retidos na Conta Escrow enquanto perdurar a tramitação dos recursos interpostos até transitar em julgado ou houver aprovação de todas as partes para movimentação.

iii. Caso qualquer dos recursos interpostos venha ser julgado improcedente, os montantes depositados deverão ser liberados em favor da Companhia, assim como os seus rendimentos ocorridos no período, tão logo haja provimento judicial para sua devolução.

Em razão das obrigações assumidas entre as partes no referido Instrumento, a controlada NBTE procedeu o depósito em Conta Escrow no montante de R\$ 112 milhões em 30 de janeiro de 2024.